



INSURGÊNCIAS AQUÁTICAS: A CIDADE EM DISPUTA

Wellington Tibério ¹

RESUMO

A cidade de São Paulo, assim como inúmeras pelo mundo, surgiu às margens de cursos d'água, mas ao longo de seu processo de desenvolvimento e modernização esses mesmos elementos que a tornaram possível passaram a ser compreendidos como empecilhos à expansão da acumulação capitalista que a deu forma, assim seus córregos e rios foram em sua maioria canalizados e suas margens incorporadas à lógica de reprodução do capital no espaço urbano, na forma de terrenos privados ou ruas e avenidas em atendimento às exigências de um urbanismo rodoviarista. Essa prática de se relacionar com os elementos naturais que existiam em seu sítio inicial, também pautou a maneira de tratar grupos que compunham de outra forma com esses mesmos elementos, impondo sobre corpos e territórios uma série de apagamentos. No entanto identificamos no presente grupos artísticos e ativistas que vêm reivindicando a retomada dos rios urbanos e isso parece estar conectado a reivindicações de caráter identitário, por meio das quais outros modos de vida e de composição com os seres não humanos pedem passagem no espaço urbano. A pesquisa empírica, ainda em desenvolvimento, se dedica à análise de ações artísticas e ativistas ligadas a dois córregos que correm sob o asfalto da cidade de São Paulo: o Água Preta e o Saracura.

Palavras-chave: Rios urbanos, Arte pública, Urbanização, Psicoesfera.

RESUMEN

La ciudad de São Paulo, como muchas otras en el mundo, surgió a orillas de cursos de agua, pero a lo largo de su proceso de desarrollo y modernización, esos mismos elementos que la hicieron posible pasaron a ser entendidos como obstáculos a la expansión de la acumulación capitalista que le dio forma, por lo que sus arroyos y ríos fueron en su mayoría canalizados y sus riberas incorporadas a la lógica de reproducción del capital en el espacio urbano, en forma de terrenos privados o calles y avenidas en cumplimiento de las exigencias del urbanismo vial. Esta práctica de relacionarse con los elementos naturales que existían en su sitio inicial también guió la forma de tratar a los grupos que de otro modo componían con esos mismos elementos, imponiendo una serie de borraciones sobre cuerpos y territorios. Sin embargo, actualmente identificamos grupos artísticos y activistas que vienen exigiendo la reanudación de los ríos urbanos y esto parece estar conectado con reivindicaciones de carácter identitario, a través de las cuales otras formas de vida y composición con seres no humanos piden paso en el espacio urbano. La investigación empírica, aún en desarrollo, se dedica a analizar acciones artísticas y activistas vinculadas a dos arroyos que corren bajo el asfalto en la ciudad de São Paulo: Água Preta y Saracura.

Palabras clave: Ríos urbanos, Arte público, Urbanización, Psicofesfera

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, sob orientação do Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro – welltiberio@usp.br

A cidade de São Paulo foi produzida, especialmente a partir do século XIX, segundo ditames produtivistas e sanitaristas atrelados a interesses de reprodução do capital imobiliário que instauraram as bases de uma espacialidade desigual que a caracteriza. Áreas nobres e dotadas de infraestrutura coexistem com uma diversidade de precariedades que se fazem presentes em amplos espaços da metrópole. O direito à cidade foi sistematicamente negado a uma grande parcela da população e o acesso ao que deveria ser direito dos cidadãos foi convertido em privilégio a quem pode acessá-lo por meio de seu poder aquisitivo. Mas cabe observar que esses mesmos ditames produtivistas e sanitaristas também deram encaminhamento a um modelo de organização da relação entre sociedade e natureza que fez dessa segunda uma variável a ser domesticada e ultrapassada em nome da rentabilidade que se pode alcançar na transformação do espaço urbano em mercadoria. Nesse sentido podemos compreender que foi sendo gestado um certo entendimento de que o melhor destino de um lugar seria o mais rentável.

Nessa perspectiva, os elementos naturais presentes em seu sítio inicial foram aos poucos sendo domesticados por técnicas de engenharia e projetos urbanísticos. Um desses elementos, comumente ligado à própria localização inicial da ocupação que se desenvolveu em forma de cidade, são os cursos d'água, os rios. Seja como fonte de abastecimento ou via de transporte, eles sempre cumpriram função primordial na constituição de núcleos populacionais. Com a cidade de São Paulo não foi diferente e, seguindo o mesmo caminho de outras cidades pelo mundo, o uso e o sentido que seus cursos d'água tiveram ao longo da história de seu desenvolvimento variaram de acordo com os projetos de urbanização que se apresentaram, com o entendimento de modernidade que se firmava e com a racionalidade que se impunha por meio de discursos competentes e saberes técnicos atentos aos desafios impostos pela inexorável expansão da mancha urbana. Lentamente, os rios passaram a ser vistos como insalubres, focos de epidemias e contaminações de diversas ordens, bem como obstáculos à expansão urbana e à apropriação rentável de terrenos que se localizavam em baixadas e vales. Dessa forma, o seu desaparecimento da paisagem foi inevitável. Canalizados, encobertos, tamponados, esquecidos, apagados, os rios foram anulados na dinâmica urbana que se impôs, pois perderam a funcionalidade de outrora e, mais do que isso, suas áreas de existência, os terrenos por onde fluíam, passaram a ser vistos como possíveis mercadorias a serem apropriadas privadamente.

Essa questão de caráter econômico encontra-se emaranhada a uma outra que corresponde à imposição de uma racionalidade que sustenta a noção de superioridade do

homem branco, ocidental, moderno e que delimita uma forma específica de lidar com a natureza bem como com as populações que de alguma forma possuam outras maneiras de conexão com suas forças. Assim podemos compreender que a hierarquização racial imposta pela dinâmica colonialista desdobra-se na hierarquização de modos de vida e observa-se que ao longo da história de modernização dos territórios os modos de vida que se articulavam e compunham com a natureza foram inferiorizados, sendo um dos desdobramentos desse processo o apagamento de grupos sociais, de modos de existência e de elementos da natureza que não se encaixavam na racionalidade fundada nas noções de progresso e desenvolvimento que se impôs sobre corpos e territórios. Nesse movimento populações foram marginalizadas e os rios canalizados e encobertos, em um processo de imposição de uma racionalidade que eleva o anseio em subjugar os demais seres humanos e os não humanos, característico do homem branco, à forma padrão de entendimento e encaminhamento das relações sociais e com os demais seres e forças não humanas.

No entanto, as evidências cada vez mais fortes de que a desconsideração humana a respeito da sua condição natural e de sua conseqüente dependência vital das demais forças que compõem o planeta, está nos conduzindo a um colapso ambiental, tem promovido, especialmente nesse início de século, o entendimento da necessidade de uma composição menos inconsequente com o que chamamos de natureza. Daí o surgimento de uma série de reflexões que apontam para uma revisão da excepcionalidade humana e que nos convocam a produzir práticas que se deslocam da racionalidade urbanística que se impôs sobre os sítios onde construímos nossas cidades.

Em linhas gerais, podemos identificar que há uma luta por outros destinos, por outras práticas e formas de existir que se diferem dos caminhos sugeridos pelas “grandes utopias” do século passado, as quais se desdobraram em repetições dos mesmos problemas. Aparentemente temos hoje uma movimentação descentralizada de criação de ‘outros espaços’ (heterotopias) e ao que tudo indica os rios urbanos têm funcionado como catalizadores de vozes dissonantes, tornando-se plataforma de disputas que passam tanto por enfrentamentos ao capital imobiliário quanto por reivindicações de outras formas de existir no espaço urbano, outras práticas de subjetivação e outras maneiras de compor com as forças da natureza.

Verifica-se assim o surgimento de uma série de reflexões que apontam para uma revisão da subjetivação colonialista e, nessa linha, movimentos sociais, artistas e grupos de bairro vem reivindicando uma outra forma de lidar com a realidade aquática urbana e, em última análise, uma outra forma de viver e existir na cidade, deslocando-se do movimento imposto pelo capital imobiliário articulado à propagação da cultura do medo que promove a restrição da vida à

convivência limitada ao núcleo familiar ou no máximo aos membros da mesma classe social, situação que se materializa na construção de condomínios fechados que funcionam como a negação da cidade, pois são a negação do espaço público. A busca pelos rios, a articulação de movimentos das mais variadas formas que reivindicam a sua presença na cidade, são também uma luta contra a racionalidade de atomiza nossas vidas, nos tornando presas fáceis da lógica do consumo e dos discursos individualistas que nos tornam produtivos e disponíveis aos conservadorismos e autoritarismos que nos espreitam cotidianamente.

Apresenta-se assim uma proposta de pesquisa que tem por objetivo compreender o papel das ações artísticas/ativistas na promoção de uma nova espacialidade no que se refere às águas urbanas na cidade de São Paulo. Uma hipótese a ser investigada é que a emergência de inúmeras formas de reivindicar a presença dos rios urbanos, além de ter objetivamente uma linha de questionamento do processo de urbanização que deu forma à cidade, está ligada à emergência de pautas identitárias e de outros modos de existir, pois também parece trazer à tona questionamentos sobre a racionalidade dominadora e colonialista implantada sobre corpos e territórios.

METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa propõe-se uma revisão bibliográfica sobre a história da cidade de São Paulo em relação a seus rios, com destaque para o processo de eliminação da água da vida e da paisagem urbana. O foco temporal para essa revisão são os séculos XIX e XX, momento em que tomou forma a configuração urbana do presente, bem como se reorganizou o sistema de abastecimento de água da cidade. Uma importante referência sobre o assunto é o trabalho de Denise Bernuzzi de Sant'Anna intitulado "Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)" (SANT'ANNA, 2007). Esse cuidadoso trabalho de pesquisa histórica retrata exatamente a passagem da "visibilidade" para a "invisibilidade" da água com qualidade na vida dos paulistanos, os caminhos e descaminhos discursivos, científicos e urbanísticos que produziram uma dada relação com esse elemento e que justificou o seu desaparecimento da dinâmica urbana.

Outra frente importante é a realização de uma revisão bibliográfica e um desenvolvimento analítico sobre a relação entre arte e espaço geográfico. Nesse caso, a principal referência a ser assumida no campo da Geografia são os desdobramentos teóricos/conceituais de Milton Santos, em especial o seu amplo trabalho de conceituação do espaço e as possíveis articulações que podemos realizar com o campo da estética, considerando

a força desse campo no interior da dialética entre sociedade e espaço, em especial seus efeitos no âmbito da “psicoesfera” e das práticas de subjetivação, as quais delimitam o campo do possível e dão sustentação às formas que se materializam no território (SANTOS 2006). Ainda nesse sentido, esse trabalho se desenvolverá por meio de múltiplas referências do que se identifica como Geografia contemporânea ou pós-moderna. No entanto, cabe destacar que o uso de uma linha de análise não significa a adesão integral e irrestrita à sua corrente de pensamento. Há desajustes, há estranhamentos, mas há também um campo possível de abertura a certa reflexão, por meio de conceitos, métodos e todo um universo narrativo que dá sustentação ao que se pretende observar e investigar.

Do ponto de vista objetivo, pretende-se realizar aproximações com grupos artísticos e ativistas ligados ao tema em questão para a realização de entrevistas e acompanhamento de possíveis ações, afim de que possam ser analisadas em uma perspectiva qualitativa. Outra frente, nesse sentido, será a realização de entrevistas com pessoas que de alguma forma interajam e sejam impactadas pelas obras dos coletivos e artistas analisados nesse trabalho. Sobre esse aspecto, cabe observar que esse trabalho também pode ser enquadrado na perspectiva de uma pesquisa participante, tendo em vista que o seu autor está diretamente ligado à questão em causa. Isso certamente traz elementos que podem ser enriquecedores para a análise, mas também desafios do ponto de vista metodológico a serem melhor delineados com o desenvolvimento da pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO

Algumas abordagens analíticas promovidas pela Geografia sobre a produção do espaço urbano desconsideram forças que, apesar de minoritárias, são vitais no sentido de que estão ligadas à vida que se realiza nas cidades. Quando se trata do assunto, claro que é de enorme importância os agentes produtores e promotores tipicamente capitalistas, como os promotores imobiliários e todo o setor organizado da construção civil, claro que há também o fundamental papel do Estado (especialmente em nível municipal) na definição de normas e na aprovação de projetos em diferentes escalas urbanas, claro que há os agentes definidores e determinantes das agências internacionais de financiamento como o Banco Mundial e o FMI, mas há também vidas que se realizam nesse espaço e que atuam sobre o mesmo, há movimentos sociais, organizações sociais das mais diferentes formas e pelos mais diferentes motivos, que atuam de forma longa no tempo ou que se faz e desfaz rapidamente, há coletivos políticos, artísticos, festivos, entre muitas outras formas de compor forças que minoritariamente atuam

sobre o espaço urbano. A desconsideração disso faz das pessoas, dos cidadãos, meros expectadores de um jogo que ocorre à sua total revelia, o que não é exatamente real, pois mesmo aqueles primeiros, os maiores (promotores capitalistas, o Estado e as agências internacionais de financiamento), investem pesado em aparatos de administração de subjetividades, pois sabem que essas em conjunto se tornam a base de sustentação de seus grandes projetos. Portanto, se faz necessário observar que há uma vida que pulsa no interior das cidades, há variadas lutas travadas em seu cotidiano, e uma questão importante é que muitas vezes elas não se encaixam mais exclusivamente no desgastado enquadramento de luta de classes. Os deslocamentos organizacionais das forças produtivas e das ideologias que a sustentam têm suscitado deslocamentos nas abordagens, o que não significa necessariamente abandonar uma abordagem crítica à dinâmica do capital, mas compreender a sofisticação das estratégias de poder que tornaram certas análises e compreensões um tanto quanto distantes da vida que se realiza no contexto atual. Nessa perspectiva, mais importante do que lamentar que a abordagem pela luta de classes foi enfraquecida é compreender os novos arranjos de forças que se constituem e atuar nesse novo quadro em composição com essas forças. Não há apenas o Estado e as forças do capital em ação na produção do espaço urbano. Nesse sentido, torna-se importante, portanto, compreender como o Estado e as forças do capital atuam na administração das subjetividades, as quais, em coletivo, lhes dão sustentação, bem como considerar as outras forças que tentam escapar a essa administração, que criam brechas e rachaduras nesse projeto de controle sobre os espaços e os corpos, mesmo que não estejam atreladas à identidade de classes sociais. A precarização das relações de trabalho se impôs, novos arranjos de forças políticas emergem, muitas delas talvez ingênuas, facilmente cooptadas pela dinâmica de reprodução do capital, mas outras talvez sejam capazes de auto crítica e estão em intenso processo de recriação de suas estratégias. Por essa perspectiva queremos observar a vida que pulsa em uma miríade de forças atuantes no espaço urbano.

Entre outras temáticas nos interessa desenvolver um pensamento sobre a ação criativa humana e suas possíveis articulações com a produção do espaço geográfico. Para avançar nessa ideia recorreremos à definição de Milton Santos sobre espaço: “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” (SANTOS, 2006, p. 12) A partir dessa definição o autor destaca, entre outras coisas, a centralidade da técnica como reveladora da produção histórica da realidade e apresenta a ideia de complementaridade entre o que nomeia como uma tecnoesfera e uma psicoesfera no curso da dinâmica espacial. Podemos compreender que essas esferas se articulam no interior de uma dada racionalidade e, na visão do autor, teríamos uma racionalidade hegemônica, ligada à dinâmica do capital e de sua reprodução em escala global,

As **contraracionalidades** ou racionalidades paralelas, as quais seriam resultado da emergência de uma ordem local que afronta a ordem universal. Portanto, por esse entendimento, há uma luta entre racionalidades, onde cada qual se configura num certo arranjo complementar entre tecno e psicoesfera, e esse arranjo sustenta e dá materialidade a um sistema de objetos e sistema de ações. Esses, por sua vez, se articulam da seguinte maneira: “de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.” (SANTOS, 2006, p. 39)

A partir dessa definição de espaço de Milton Santos e tentando compreender o papel da cultura, enquanto artifício de dar forma à existência, na dinâmica espacial em curso, o desafio, na linha de uma modesta tentativa de trabalhar a imaginação teórica, passa a ser articular essas ideias em um arranjo que potencialize a força transformadora das **contraracionalidades** ou racionalidades paralelas. Longe ainda de chegar em algo próximo disso, mas exercitando o pensamento nesse sentido, cabe elaborar algumas aproximações entre espaço e estética. Sendo assim, podemos considerar que a forma dada aos objetos responde à dimensão da funcionalidade dos mesmos, mas também a uma dimensão estética dada por valores e referências culturais: segundo Milton Santos (2006, p. 44) a arte é o lugar que a cultura moderna reservou para essa dimensão transcendente do objeto. Já as ações definem o ser humano, pois seus atos são orientados no sentido de atingir fins ou objetivos: afirma Milton Santos (2006, p. 50) que a ação é um processo dotado de propósito e no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo, e acrescenta, “é sempre por sua corporeidade que o homem participa do processo de ação, a corporeidade do homem é um instrumento da ação”. (2006, p. 52) Nesse caso é importante ressaltar a existência de uma dimensão performativa dos corpos, igualmente atravessada por valores e referências culturais, o que também confere um valor estético às ações. Portanto, podemos reconhecer que há uma dimensão estética que se faz presente tanto no sistema de objetos como no sistema de ações e dessa forma abre-se uma possibilidade de pensarmos o fazer artístico como força atuante na produção do espaço. Claro que essa dimensão estética do espaço sofre o peso da dinâmica do cotidiano que tende a criar padrões e a estreitar os limites do possível por meio de uma limitação da experiência, e é aí que a irrupção do fazer artístico cria movimento, ao atritar a realidade com o imprevisto, e dessa forma impacta o que Milton Santos (2006) nomeia de psicoesfera e em potencial a própria racionalidade que dá sustentação a toda a engrenagem que constitui a nossa forma de moldar a si e ao planeta.

Ao explicar a existência de uma dialética entre sociedade e espaço, Milton Santos afirma que a contradição está “entre um presente invasor e ubíquo que nunca se realiza

completamente, e um presente localizado, que também é passado objetivado nas formas sociais e nas formas geográficas encontradas” (2006, p. 71) A partir dessa formulação podemos então compreender que a força do fazer artístico estaria em potencializar esse presente invasor, que atrita, que provoca, que desloca, pois a relativa liberdade de que goza a arte e o artista faz com que esse tenha um considerável poder de oferecer novos valores aos objetos sociais já valorizados. Nessa perspectiva, acrescenta Milton Santos, “quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor.” (2006, p. 71) E a ação de oferecer ou impor novos valores a objetos já valorizados tende a promover deslocamentos na psicoesfera pois “em cada momento, em última análise, a sociedade está agindo sobre ela própria, e jamais sobre a materialidade exclusivamente.” (2006, p. 71)

A partir desse exercício de reflexão de Milton Santos sobre a dialética entre sociedade e espaço podemos compreender que o que imprime movimento a esse arranjo é a emergência de um “presente invasor” e nesse campo a arte passa a ter grande relevância como uma forma de instauração de um problema, como ação potencialmente perturbadora da prática de produção de significados. Por não ter responsabilidade em encontrar respostas, estabelecendo outra relação com a ideia de verdade, a arte possui um grande potencial de contribuição ao pensamento.

Nesse sentido, assim como pelo exercício ‘livre’ de excentricidades linguísticas é atribuído um poder revelador à poesia, como um desdobramento espacial dessa ideia, podemos considerar a arte pública, a intervenção artística no espaço comum, enquanto uma poesia espacial, portadora de certa ‘liberdade’ para o exercício de excentricidades espaciais, potente enquanto reveladora de tensões e novas configurações (im)possíveis no plano da espacialidade da dinâmica social.

Não é difícil identificarmos que vivemos um momento histórico no qual a artificialidade implantada nos territórios por meio da técnica começa a alterar de forma significativa os processos naturais que tornam possível a vida no planeta, e a conseqüente aproximação perigosa a um certo limite da nossa própria condição de existência tem mobilizado diversas forças. Daí a emergência de um ativismo ecológico em associação à prática artística como uma relação possível entre arte e natureza na proposição objetiva de outras realidades a partir de ações/intervenções/criações simbólicas que, entre outras coisas, provoquem estranhamentos com o que estamos fazendo de nós mesmos. Os artistas têm no ativismo ambiental a possibilidade de potencializar certas experimentações devido à força que emana da

defesa de uma causa, do engajamento que o envolvimento em uma luta proporciona, e os ativistas ambientais têm na arte a possibilidade de potencializar suas questões devido à força da estética e seus efeitos no campo do sensível, da mobilização de outros sentidos para o engajamento em alguma luta. Portanto, há uma vitalidade mútua que se retroalimenta no encontro entre arte e ativismo ambiental. Ética, política e estética convergem na potencialização da vida que se realiza no tempo presente.

Uma das formas de compreensão da ação artística no espaço público é a consideração de que por meio dessa se instaura uma diferença. A ideia de instalar uma diferença no âmbito das relações sócio espaciais é uma das bases do conceito de TAZ (zona autônoma temporária) desenvolvido por Hakim Bey (2018) em seu livro que possui esse conceito como título. O autor desdobra a ideia de TAZ da noção de sublevação ou insurreição em contraste com a de revolução, correspondendo, portanto, a um acontecimento temporário, um fragmento de tempo luminoso como fogos de artifício, que na sua limitação como tática não visa se instalar como forma hegemônica de sociabilidade, cumprindo um papel de provocação do movimento, da descontinuidade, da irrupção de novas forças, da criação de uma diferença como motor de novas possibilidades de experiência e existência do/no mundo:

“(…) uma sublevação é como uma ‘experiência de apogeu’ em oposição à consciência e à experiência ‘ordinárias’. Como os festivais, as sublevações não podem acontecer todos os dias – ou não seriam ‘extraordinárias’. Mas esses momentos de intensidade dão forma e significado para uma vida inteira. O xamã retorna – não se pode ficar no telhado para sempre – mas as coisas mudaram, transformações e integrações ocorreram – criou-se uma diferença.” (BEY, 2018, p. 16)

Um pressuposto importante nessa perspectiva seria, portanto, afetar o ritmo do espaço público e gerar novas sociabilidades e novas propostas de ação no próprio espaço. Cabe observar, no entanto, que essas ideias não seriam corretamente encaixadas na perspectiva de utopias, pois não se tratam de ideias sem lugar, no sentido estrito da palavra, algo que se projete para um futuro incerto, distante, sem lugar no presente. Em alguma medida a noção de heterotopia apresentada por Michel Foucault (2013) nos sugere uma chave mais interessante para pensar o papel da ação artística no espaço público. Em um sentido estrito tal noção corresponde à existência de “outros espaços”. Do ponto de vista temporal já surge aí uma diferença fundamental, o tempo das heterotopias é o presente. FOUCAULT (2013) identifica esses espaços como “utopias localizadas” ou “contraespaços” caracterizados como formas de “contestações míticas e reais do espaço em que vivemos”. Identifica o autor que elas podem assumir formas muito variadas e é essa abertura que nos possibilita trazê-la para compor com as ideias aqui esboçadas. Haveria uma grande diversidade de heterotopias: de crise (biológica); de desvio; do tempo; da festa; entre outras. Nos interessa a consideração de que a ação artística

pode, por meio da instauração de uma outra espacialidade e temporalidade, nos deslocar da repetição do dia a dia ao trazer para uma localização específica e para o tempo presente o que estava apenas no plano de uma aspiração futura e conseqüentemente sem lugar. Essa espécie de “materialização” de uma utopia tem o poder de nos afetar e assim promover um enriquecimento de nossa subjetividade ao criar uma certa “desordem que faz cintilar os fragmentos de um grande número de ordens possíveis” (citação de “As palavras e as coisas” feita por Daniel Defert in FOUCAULT, 2013).

Há aqui a consideração de um campo de batalha que corresponde ao jogo da verdade que opera no âmbito de nossas subjetividades e que assim delimita o campo do possível, produzindo muitas vezes um empobrecimento da capacidade criativa e conseqüentemente da força vital que impulsiona a nossa ação coletiva no mundo. Encontramos ressonância dessa ideia em Ailton Krenak (2020) quando ele afirma que é necessário enriquecer as nossas subjetividades, pois se existe uma ânsia por consumir a natureza, também existe por consumir as subjetividades. Nessa perspectiva considera-se que há uma intencionalidade política de empobrecimento de nossas subjetividades que sustenta interesses de controle dos corpos e da produção do espaço alinhados à racionalidade moderna ocidental e à dinâmica da economia capitalista. Empobrecimento de nossas subjetividades como estratégia de poder que sustenta o projeto de tornar produtivos e administráveis o corpo, a natureza e a cidade.

Por fim, cabe observar que a modalidade de arte que nos interessa pode ser identificada como arte pública, mas essa definição ainda é pouco precisa, posto que uma gama muito grande de práticas artísticas pode ser caracterizada assim. Numa primeira aproximação o nosso foco está na arte que se realiza fora das galerias e museus, que ocupam espaços acessíveis a um público amplo, aleatório, não típico do universo social ligado às belas artes. Esse tipo de arte também passa a ser identificado como arte urbana e a diferenciação entre esses termos não é muito clara no interior dos estudos sobre o assunto. Segundo SANCHES (2018, p. 41) “percebe-se que, no ambiente acadêmico, o termo ‘arte pública’ é o mais difundido, ainda que dentro dos estudos teóricos sobre o tema o uso dos termos ‘arte pública’ e ‘arte urbana’ possam aparecer de forma indiscriminada”.

Apesar de muitas vezes o termo “arte pública” ser associado, primeiramente, a obras de caráter permanente como monumentos e esculturas dispostos nos espaços das cidades pelo poder público ou respaldados por ele, o seu uso se ampliou e atualmente outras formas de arte que ocorrem no espaço urbano também são identificadas assim, tais como intervenções temporárias, realizadas por artistas e coletivos não institucionalizados. No entanto, mais do que uma arte que se apresente em espaço público, interessa aqui a arte que se propõe objetivamente

uma causa, se insere em algum embate político explícito, operando praticamente como uma estratégia de luta e reivindicação. Essa prática vem sendo identificada como “ativismo”, um neologismo decorrente da conexão livre entre arte e ativismo. Essa proposta de intervenção urbana também é bastante ampla, mas em linhas gerais está ligada à ideia de ação direta e à construção de outras narrativas, também identificadas como contra narrativas ou narrativas menores. Nessa perspectiva, escreveu André Luiz Mesquita (2008) na apresentação de sua dissertação intitulada “Insurgências poéticas – arte ativista e ação coletiva: “já não basta ao artista apenas a “politização da arte”, mas a invenção de outras formas de emancipação do sujeito, de uma necessidade de produzir coalizões entre posicionamentos éticos e estéticos aliados aos movimentos de contestação.” (MESQUITA, 2008, p. 09)

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da crise de abastecimento de 2014 em São Paulo, ganhou força uma série de movimentações no sentido de rever a relação que estabelecemos com os cursos d’água que correm, mesmo que não mais percebidos, por toda a cidade. Essas movimentações, geralmente levadas a cabo por coletivos ambientalistas/políticos/artísticos, assumem diferentes formas, mas tem em comum a construção de uma contra narrativa com o intuito de dar visibilidade à presença dos rios no tecido urbano e, dessa forma, promover um estranhamento da cidade em que vivemos e, em última instância, de nós mesmos enquanto agentes ativos no espaço urbano. Nessa linha escreveu Vladimir Bartalini sobre a importância de ações diretas por parte dos cidadãos a respeito dos cursos d’água urbanos: “Diferentes possibilidades se abrem, portanto, para a intervenção sobre os vários fragmentos de espaço, verdadeiros índices da presença de cursos d’água, com vistas à sua integração e à constituição de uma narrativa que recupere a história dos córregos ocultos.” (BARTALINI, 2006, p.96)

Por meio de estratégias de atuação na materialidade do espaço compartilhado, no caso a realização de ações artísticas/ativistas no espaço público, diferentes movimentos e coletivos têm realizado a territorialização de reivindicações, de desejos, de outras formas de viver o espaço urbano, sendo territorializar entendido como “construir e/ou controlar fluxos e redes e também criar referenciais simbólicos num espaço em movimento” (HAESBAERT, 2004, p.280).

Considerando que o que está em pauta se trata dos rios urbanos, a leitura mais objetiva nos remete às disputas de caráter ecológico/ambiental, mas para além de um enquadramento circunscrito a essa questão, verifica-se no presente uma série de ações, iniciativas e

reivindicações ligadas a diferentes lutas e que se conectam por meio de alguma forma de referência às águas da cidade. Várias movimentações artísticas e ativistas têm acionado esse elemento constitutivo do espaço urbano, amplamente desprezado e maltratado ao longo de sua história recente, como estratégia para encaminhar suas lutas e vislumbrar outras formas de existência e experiência na/da cidade. Essa proposta de pesquisa tem por objetivo investigar a atual emergência dos rios urbanos na cidade de São Paulo, buscando compreender o papel que as ações artísticas possuem como estratégia de luta territorial que se dá no plano material e também no plano subjetivo, bem como compreender como essa emergência se conecta a diferentes lutas por ampliação de espaços públicos e pelo enfrentamento da racionalidade colonialista que se impôs sobre corpos e territórios.

O que está em questão nas ações artísticas/ativistas que se reportam aos rios urbanos não são apenas os rios em específico, mas a cidade e o espaço onde as vidas se realizam, o que está em jogo em última análise é a própria vida que exige um alargamento para a manifestação de sua potência. Talvez seja aqui que essas movimentações entorno dos rios apagados da paisagem e da vida dos cidadãos se conecte a outras reivindicações que visam alargar os espaços de manifestação de modos de existir apagados pela força normalizadora (canalizadora, no caso dos rios), higienista e racista que deu forma à nossa sociedade. Nesse sentido a ideia de recuperação/reinvenção de paisagens hídricas ocultadas conecta-se à recuperação/reinvenção de modos de vida e práticas sociais também ocultadas, pois numa perspectiva espacial geográfica o espaço é produto social intrinsecamente ligado ao modo de vida e não apenas base material externa à racionalidade e às práticas de subjetivação.

Pensar a cidade a partir de seus rios que foram canalizados, apagados, eliminados da dinâmica da vida urbana, pode configurar-se em um pensamento contra hegemônico que se conecta a outras camadas que também foram apagadas da cidade, articulando-se a outras disputas presentes no espaço urbano e a exercícios de projeções de outra cidade possível e consequentemente de outra sociedade. Memória e imaginário atuam como um par que articula um possível passado com um possível futuro, um exercício de criação que toma forma no presente. Entre o que talvez tenha sido e o que talvez possa ser, o presente é o campo de batalha.

Em princípio o foco da pesquisa incidirá sobre as bacias hidrográficas de dois córregos que percorrem o espaço urbano da cidade de São Paulo: o córrego Água Preta e o córrego Saracura. No entorno desses dois cursos d'água canalizados, e os evocando constantemente, uma série de grupos e coletivos organizados vêm realizando ações artísticas e ativistas que reivindicam sua presença no cotidiano urbano. A partir dessas iniciativas verifica-se uma série de conexões e exercícios de aproximação a outras racionalidades na perspectiva de estímulos à

imaginação de outras possibilidades de sociabilidade e de relação com os seres e forças não humanos. Entre outros desdobramentos verifica-se que em ambos os casos há a formulação de questionamentos à propriedade privada da terra e disputas que visam alargar o espaço público.

Claro que, como em todas as lutas, há esforços de cooptação, de domesticação e de reenquadramento das forças à lógica de reprodução do capital e de redução da natureza à noção de recurso. Precisamos, portanto, considerar toda uma movimentação do capital que se utiliza da produção do espaço urbano como forma de sua reprodução e ampliação e, sendo assim, tem o poder de se apropriar das iniciativas que se apresentam como melhoria das condições de vida de seus cidadãos. Mas cabe aqui uma observação importante: trata-se sempre de um embate, de uma tensão, na qual as vidas se realizam e os deslocamentos se dão. Não considerar a importância das ações artísticas e ativistas no espaço urbano por conta da constatação fatalista de que tudo será apropriado pela lógica do capital é uma espécie de mortificação em vida, pois nos conduz à imobilidade, mas ao mesmo tempo não compactuar com esse entendimento não pode significar sermos ingênuos em achar que tais ações sempre escaparão dessa força de apropriação. O que se vislumbra aqui é alimentar uma vitalidade que nos constitua como agentes de nosso tempo, com a clareza de que não temos exatamente uma saída, uma solução, mas que podemos criar redimensionamentos no campo de batalha e, assim, a cidade segue transformando-se em sua dinâmica contraditória, e, assim também, a vida se realiza em fricção com o tempo presente. As lutas estão em curso e as táticas e estratégias (descentralizadas) seguem seus caminhos, como o fluir das águas que encontra brechas e abre fendas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de análises a respeito de outros contextos KAHIL (2010) formula uma importante e incômoda pergunta, ampla o bastante para ser aqui retomada, e que nos coloca no campo do debate sobre as forças que atuam no âmbito da “psicoesfera” anunciada por Milton Santos: “mas, o que dizer quando nenhum acontecimento, nenhum evento é capaz de romper a estabilidade dos padrões éticos normativos dos sistemas de ações hegemônicos de nossas sociedades capitalistas?” (KAHIL, 2010, p. 475)

Apesar dos esforços teórico-práticos acadêmicos e políticos, de fato verifica-se uma hegemonia dos padrões ético normativos instaurados pela economia capitalista e sua decorrente racionalidade. É fato que nos encontramos enredados em uma dinâmica que sistematicamente reafirma esses padrões. No entanto, ainda que minoritário, é possível identificar movimentações que vem tentando investir em uma contrahegemonia, buscando pautar-se por outras

racionalidades, em parte advindas de uma perspectiva ambientalista, mas também e sobretudo de uma pauta identitária que faz emergir outros horizontes de subjetividade e assim de existência.

Parece haver nesse momento histórico um paralelo em que a busca por camadas de uma dinâmica física do território que foi domesticada e apagada pelas infraestruturas impostas por um racionalidade técnica aliada aos interesses higienistas e de reprodução do capital se conecta à busca por uma revisão histórica em que outros apagamentos também são questionados e repensados. Essa movimentação descentralizada vem se fortalecendo no enfrentamento de uma lógica de cidade que se impôs até então. Nesse sentido, podemos identificar a gestação de exercícios de subjetivação que visam trazer à tona o que foi estrategicamente apagado, articulando o debate racial na cidade, o lugar e a importância dos povos indígenas e seus conhecimentos, o papel das periferias e a existência dos rios no espaço urbano. Ao que tudo indica aspectos da sociedade e da natureza domesticados e apagados pela dinâmica avassaladora da modernização estão sendo acionados em um levante descentralizado e de longo prazo que visa rever os parâmetros de urbanização levados a cabo nos séculos XIX e XX, bem como as práticas de subjetivação impostas pelo colonialismo.

REFERÊNCIAS

BARTALINI, V. *A trama capilar das águas na visão cotidiana da paisagem*, REVISTA USP, São Paulo, n. 70, pp. 88-97, junho/agosto 2006.

BEY, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*, São Paulo: Veneta (coleção Baderna), 2018.

FOUCAULT, M. *O corpo utópico, as heterotopias*, São Paulo: n-1 Edições, 2013.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KAHIL, S. P. *Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo*, Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.

KRENAK, A. *Ideias para adiar o fim do mundo*, São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MESQUITA, A. L. *Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990 – 2000)*, Dissertação de Mestrado, FFLCH / USP, 2008.



SANCHES, P. P. *O que é arte pública? O “Monumento Mínimo” e a democratização da Arte, Temporal - prática e pensamento contemporâneo, Brasília, vol. 2, n° 4, pp. 38-54, 2018.*

SANT’ANNA, D. B. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901), São Paulo: Editora Senac, 2007.*

SANTOS, M. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.*